

HISTÓRIA FILOSOFIA RELIGIÃO: SOBRE UM CAMPO NOVO E SUAS SEMEADURAS¹

Marcio Tavares d'Amaral²

Encontramo-nos, tantos — somos 10! — para conversar. Há inquietações comuns. Insatisfações, talvez, comuns. É possível que estejamos, todos, desagradados dos limites disciplinares muito estreitos das universidades, e desejemos o risco de uma liberdade provavelmente malvista, porque sem lugar, sem departamento, mas que nos ponha em contato. Cada um carregando seu dom, e oferecendo-o, penso, com generosidade. O meu é a história da filosofia. Não qualquer. Uma que talvez me pertença, e posso entregar ao diálogo com maior liberdade, porque não tem donos. Andei construindo-a pelos últimos 10 anos. Em muito silêncio. Sabem dela, aos pedaços, os meus alunos. Quis, precisei, agora, falar. E chamei meus companheiros, quem sabe, de conversação. Vamos ver. Começando por estabelecer algumas distâncias em relação ao campo tradicional da história da filosofia, esse híbrido que aparentemente não cabe nos departamentos de história e cabe mal nos de filosofia. Por 10 anos andei tentando construí-la de outro modo, que talvez menos ainda caiba nas estruturas departamentais, mas me pareceu então e ainda mais me parece agora um empreendimento fundamental.

Podia ter ficado numa história da filosofia que descreve, mais: medita os grandes pensadores, as escolas que instituíram pensamento. É coisa digna de uma vida. Já desde cedo, muito cedo, não me satisfazia o que talvez valha a pena chamar “filosofia técnica”, ou “técnica filosófica”, essa mimese de ciência que escava num rigor elaborado da linguagem alguma semelhança com a rigidez matemática. Mas a matemática trata do mais refinado e etéreo da ordem dos números. A filosofia trata da vida. Devia tratar. Frequentemente não o faz. E então, digo com humildade, não me interessa. Penso que não foi escrita para mim (para alguém há de ter sido), não está no meu caminho. Não a afasto, não tenho essa arrogância. Mas não a procuro. Os amigos me dizem: é um filósofo importante. Acredito. Mas não é meu.

Este sentimento pessoal em relação à filosofia me vem, parece, da sua história. Respeito, às vezes amo, os sistemas por si mesmos, quando os sinto poderosos e cheios

¹Texto referente à palestra proferida no Encontro História Filosofia Religião: Conversações, realizado em 05/11/2011, na ECO-UFRJ. A publicação com os demais artigos do Encontro está em processo de edição e impressão.

² Professor titular emérito da UFRJ - ECO. Coordenador e pesquisador do Programa IDEA.

de seiva para a vida. Mas o que me encanta é pô-los no tempo. Fazer famílias, familiarizar-me, pôr-me na família, ser dela. Pertencer ao muito antigo, ao de ainda há pouco, tudo de mistura. Descobrir contatos subterrâneos entre pensadores de épocas, conjunturas e interesses diversos. Traçar genealogias. Ter preferidos. Num artigo de 1977 — 35 anos quase, e ainda estamos por aqui! — formulei a hipótese de que no tempo que é o nosso um problema filosófico só se *constitui*, propriamente, só entra a ser um problema filosófico, depois de e junto com a narrativa da sua eclosão no tempo. A história da filosofia como problema filosófico. Talvez devesse ter escrito (creio que então não podia), a filosofia como problema histórico. Devia ter posto as duas formulações, reversivelmente. Ponho agora. E desde então, já mesmo antes, não tenho feito mais do que contar histórias. Dêem-me um problema, um título de conferência, uma chamada de artigo sobre certo assunto. É quase fatal que tudo comece pelos pré-socráticos, e, no final das contas, pouco reste para a nossa atualidade, na qual no entanto falo. Pois o que me interessa é constituir o problema cujo nome me forneceram sob modo de título. Contar sua história, dizer seu sangue. Sobre ele mesmo, tecnicamente, outros, mais sábios, mas talvez menos aventureiros, dirão. Sempre foi assim. Poucas vezes escapei desse encantamento. Não devem ter sido meus melhores dias.

E então me encontrei com os chamados pós-modernos. Parecia ali encerrar-se um longo tempo, ou encontrarem-se as duas pontas de um ciclo regido pela metafísica das preposições: dos *pré-socráticos* aos *pós-modernos*. Em uns tudo começou. Como soam a galo da madrugada e sabem a aurora aqueles fragmentos antigos! Que alegria há neles até hoje! Mesmo nos dizeres mais severos e secos de Parmênides — que teve a delicadeza de expô-los em poema. Os pós-modernos, nessa ponta final do século XX, entrada do XXI, não apresentam o mesmo júbilo. Não que sejam tristes. Mas são ocasos. Penso neles, em nós, na verdade, os ocidentais desencantados, como os assassinos do sol. É uma descrição crepuscular para a palavra Ocidente. Não há neles propriamente alegria (embora sobre brilho), porque tanto falam da morte. A morte do sujeito. A morte da verdade. O fim do real e do fundamento. A crise — para dizer o mínimo — da representação. E o fim da história! Às vezes dá medo. Aí é conveniente lembrar que seu ofício de coveiros é também o de partejamento. Anunciam a hiperpotência dos virtuais, das possibilidades, quase dizia infinitas, de realização abertas sobre o futuro, tão mais interessantes do que a pobreza das coisas reais já concluídas na aparência certa do seu ser essencial. (São cheios de interesse os pós-modernos, muito pouco afeitos ao real e sua essência.) Anunciam também um mundo de eficácia, de dar

certo, de funcionar bem, de prestar-se a consumo imediato, já já, sem hesitação que lembre um hábito de crítica. Assentados na hipereficácia das novas tecnologias que hoje arrazoam nossas sociedades, podem justificar um mundo único — do qual seriam o *pensamento* único — realizado pela via da globalização dos mercados e do consumo. É o nosso mundo, vivemos nele. Não vive nele, segundo diversas contas, cerca de metade da humanidade, que atingiu a espantosa cifra de 7.000.000.000 de pessoas. Justificar um mundo assim é aterrorizante, mas pode ser feito se o que conduz a justiça é a necessidade, e se por necessidade se entende eficácia sistêmica, e o sistema é a técnica que arrazo.

Um sim, um não. Quem não se encanta com a abertura máxima dos virtuais, com a natureza de jogo, cenário e invenção que as novas tecnologias nos propõem? E quem não os usa, quotidianamente, nos diversos empreendimentos da vida comum? Quem ainda se apega a um real esvaziado de essência, dessubstancializado, feito pura quantidade descritível desde pelo menos o século XVII? Por outro lado, amamos a verdade (amamos?), mas usamos com gosto as múltiplas simulações, cenários e jogos que as novas tecnologias nos oferecem. Quando o acelerador de partículas do FermiLab de Chigago procura e acha o último tijolo fundamental da matéria, o último quark, não é por uma simulação do que poderia ter sido o início do nosso universo? Simulação verossímil — isto sim, a verossimilhança continua sendo exigida para, justamente, a eficácia das simulações. Mas, ainda assim, simulação. E o que se procura através dela? O *fato real* da origem, que só pode ser imaginado, não se dá verdadeiramente ao conhecimento, nem mesmo ao da ciência mais formalizada, menos vestida de carnes. Também o nosso velho gosto pelas coisas bem fundadas, pelos fundamentos, sofre seus sustos. Na nossa época, tão generosamente acolhedora do acaso, do que irrompe sem causa aparente, ou prevista, vale o que bem funciona, e a pergunta sobre o bom funcionamento responde-se pelo bem funcionar, não por uma sua eventual causa profunda e externa. Casualidade, já não, talvez — talvez! — causalidade. Espanta-nos? Claro. Mas deveríamos ser mesquinhos com o que se dá ao acaso do dar-se? Não o recolheríamos com alegria?

O que digo? Que este é bem o mundo em que vivemos, não adianta demonizá-lo porque acabou com o nosso velho e pacífico real, seu fundamento e sua verdade. Não adianta nem nos aproveita. Pois quanto mais nos pusermos nos antípodas dessa cultura emergente mais a legitimaremos em nos excluir. Teremos simplesmente ficado velhos. Trata-se de um novo paradigma. Lidemos com ele. Enquanto não se fecha e esclerosa,

cavemos nele nossas entradas, ofereçamos o que temos para dar. Ofereçamos quer dizer: reapropriemo-nos do que por nossa própria força, descuido e inércia podemos, por nós mesmos, estar perdendo. Porque na verdade não há *nós* e *eles*. Nós e eles somos nós. Nós em sofrimento e júbilo, pois espantados e desconfortáveis com nossas duas peles: e é o espanto, o desconforto, que move o pensamento.

Temos a pensar, então, o que pode estar em perda em nós. Em perda e em ganho, mas dessa conta ainda não temos os números e a lógica. Os pesos são os mesmos? O tempo subtrai alguma coisa do antigo, à guisa de depreciação? Não sabemos. Sabemos que nos dizem, e em larga medida nos comportamos assim, que a História acabou. A História quer dizer: a consciência que temos de nós mesmos no tempo longo da nossa cultura, do Ocidente, assim, sem mais. *Pós*-moderno pode apenas querer dizer: depois do fim da eficácia do tempo moderno entendido como o século XIX e sua invenção da História. Só isso. Mas nesse caso será um ato preterintencional, como se diz em direito de um fato delituoso que alcança fim diverso, e mais grave, do que o inicialmente pretendido. Popularmente: atiraram no que viam e acertaram o que não enxergavam. Pois se o século XIX criou o grande paradigma História para dar conta de tudo o que há como passageiro do tempo e suas mudanças, essa invenção pôs em perspectiva histórica todo o antes do século XIX, todo o seu volumoso passado. Acabar a História será, nesse caso, muito mais do que reconhecer a exaustão que de si mesma experimenta esse modelo ao final do século XX. Será, e é enorme, liquidar, por ineficaz, toda a longa duração, todo o imenso passado acumulado desde o século VI antes da Era Comum (AC). Por ineficácia. Ineficácia por quê? Porque nessa longa história que desde o século XIX descobrimos nos pertencer, e nós a ela, tratou-se do Ser, e na era dos acasos, das casualidades, das eficácias e do consumo como princípio societário e cultural, qualquer dito, feito ou pensado que indique o Ser tornou-se supérfluo, desnecessário, mesmo impossível. Por isso, entre outros motivos mais miúdos, a História acabou.

Permitamo-nos olhar para trás. Pode ser a última vez, se para nós, assassinos do sol, este for o último dia que se levanta sobre a Terra da Noite (*Abendland* é como se diz Ocidente em alemão; e os alemães sabem dessas coisas da força inaugural das palavras, como os gregos souberam antes deles). E se for a última vez, olhemos com muito cuidado. Alguma luz pode se apagar daqui a pouco para nunca mais. O que vemos? Vemos, se for possível dizer assim, um grande esforço pelo Ser, a formidável intuição grega do Ser. VI AC. É tempo. É toda uma história. Começou quando os

gregos — temos os nomes de alguns, chamamo-los *pré-socráticos* — sentiram a necessidade de dar ao serem todas as coisas na sua imensa dispersão, alguma ordem que não elimine as multiplicidades loucas e seu caos, mas as traga a uma unidade tensa que elas suportem. O princípio que deixa serem todas as coisas — Panta — chamou-se, como se fosse natural, SER. Ser, precisamente, não é coisa alguma que seja alguma coisa. Não é nenhum *ente*. Ente, lembremos, é participio presente de ser, é um ir sendo. Ser não vai sendo, mas deixa ser, dá a ser. Não é nome, é verbo. Alta intuição! Dela fizeram experiências originárias, orvalhadas, pensadores como Heráclito, Parmênides, Anaximandro. Experiências não são definições. São radicais de vida. Fluxo, indeterminação, permanência, de vários modos se tentou compreender que Tudo seja, e no entanto o haver Tudo, o Muitos, não ameace com o excesso, a *hybris*, que destrói.

E dessa origem tudo começa, começa a nossa história, que, dizem, dizemos *nós*, os habitantes da luz e da sombra desse início de século XXI, tanto tempo depois, acabou. Despedimo-nos? De todo modo, para o que for, continuamos a olhar para ela. Está aí o século IV, dois depois dessa primeira instauração. Está lá o Ser? Sim. Pergunta-se então *o que é isto — tó ti ón*. É mesmo a pergunta da filosofia. “O que é isto?” Há um dedo que aponta para as coisas. Queremos agora saber o *seu* ser, o ser dos entes eles mesmos e na sua totalidade. Grande experiência, fundadora se alguma é, de Platão e Aristóteles. Temos sido tão platônicos e aristotélicos desde então! Até hoje, época da técnica planetarizada e do real virtualizado. Não digo que se sentiriam em casa entre nós. Mas não estariam no deserto do Ser. Nós, parece, estamos. Dizemo-nos isso. Dizem-nos. Alguns de nós acreditam — acreditamos.

Mais uma mirada, pouco à frente. Ali, nos primeiros séculos da Era Comum, está ainda o Ser. Experimenta-se agora como Deus. É verdade que se trata de um ente, o Ente Supremo, mas ente. Tem identidade. Faz coisas. É causa de efeitos. E de fato é, no sentido de que existe. Não é um ente qualquer, mas é. É o quê? O Ser Supremo, o que supremamente é. Essa experiência — e que poderosa foi esta! — também atravessou muitos séculos, pelo menos os 13 da Antiguidade Tardia e da Idade Média até o Renascimento. Ainda está aqui? Dizem que não. Que Deus morreu. Nietzsche disse, no século XIX. Foi um momento considerável aquele! Mas, de fato, não sabemos. E por isso continuamos a olhar.

Aqui (mais perto de nós, mais a nossa cara) está o Sujeito. Século XVII. Quando Descartes, e outros na sequência, pareceu precisar romper com a metafísica medieval e a teologia — o Renascimento tinha descoberto essa verdade espantosa: Deus

não é um bom objeto de conhecimento! —, faltou-lhe chão para uma certeza mínima da verdade. Não viria do mundo, agora dessacralizado, desertado da sua essência de criatura, que encontra em Deus sua verdade certa. Não que Deus não tenha criado o mundo, longe disso! Mas o recurso a Deus, a partir do século XVII, início do Moderno, deixou de valer como explicação suficiente. Ele mesmo precisava ser demonstrado longe de qualquer dúvida. E só podia sê-lo pela razão natural, que dispensa a fé. Descartes o propôs: provar, à luz apenas da razão, a existência de Deus e a imortalidade da alma. Posto assim na ordem dos objetos, Deus já não serve como avalista. Criou o mundo, é certo. Mas o mundo, que em si mesmo é agora apenas um aglomerado sensível, extenso, sem qualidades, não ensina: engana. Certeza, então, só uma: o eu que não pode duvidar de si sem, justamente, pela dúvida, afirmar-se sendo. O “penso, logo existo” de Descartes funda a verdade inteiramente no eu. O *dele*. Dos demais a dúvida ainda é possível. Mas se resolve. E assim o eu indivíduo, sujeito, fica sendo, pelo XVII e XVIII, o modo exclusivo do ser. Mesmo os universais do pensamento e da linguagem só o são depois de triados pelo sujeito. Se ainda se quiser perguntar pelo Ser, na modernidade, só o *ser humano*, que é um sujeito, uma consciência consciente de si mesma, responderá à chamada. Foi pouco. Não deu para as novas exigências do pensamento e da ação, agora voltados para a sociedade, a Nação. Estamos na época dos Estados Nacionais, das sociedades iluminadas pela Razão, do Iluminismo, da Enciclopédia, da Revolução. Um sujeito que é um eu, indivíduo no meio do temporal moderno, cheio que fosse da ciência de si, não bastou. Kant o viu com total clareza no final do século XVIII. Denunciou a arrogância da razão centrada num sujeito, enquadrou esse sujeito numa dimensão transcendental, precisou de uma “religião racional” para dar conta do ato livre de um homem agora *posto em sociedade*. E, já magro de renúncias, o sujeito moderno, último, pálido, avatar do Ser, esfarinhou-se na passagem ao século XIX. E, parece, acabou. E deixou a velha experiência grega do Ser sem chão. Pendurada no ar. O século XIX acorreu a tempo de evitar que ali mesmo, dois séculos antes do atestado de óbito pós-moderno, a nossa história tivesse de fato acabado. Não deve ter olhado para as origens pré-socráticas. Terá sido por intuição que liberou o tempo da prisão do Ser. Vista de agora, foi uma operação de gênio. No mais antigo da nossa história quando a vemos com olhar grego, a afirmação do Ser como necessariamente eterno implicou um recalçamento do tempo, que passa e carrega para não-ser; o amordaçamento do tempo (que não cessa de passar, mas de cujo passar então se retirou todo o sentido) resolveu. E se agora, 24 séculos depois, o Ser se dirige a nada,

por que não, como não, deixar vir o tempo à cena, no seu passar incessante, que incessantemente constrói passado? Veio o tempo. Criou-se a História como novo paradigma de ser, dizer, fazer, pensar.

A experiência do século XIX mais fortemente se expressiu (proponho; haverá, é claro, outras escolhas) em Hegel e Nietzsche. Ao reunir *real* e *racional* na tensão (alienação) de uma contradição finalmente *positivada* (todo o contrário da clássica, medieval e moderna), Hegel deu à realidade *movimento*. As contradições são da História, são a História, e se empurram na direção de uma grande resolução final, teleologicamente impressa desde o início. Seu horizonte é o tempo. É de uma História que se trata porque o Ser, descarnado da sua radicalidade antiga, conquista-se na superação de si na direção da sua própria completação futura. Da origem ao fim. Tudo no absoluto, tudo atravessado e alimentado pelo Espírito. Que não é o mesmo consigo mesmo *abe ad aeternum*. O Espírito caminha no tempo. Tudo se dirige a um fim glorioso, à transparência final, em que já não há contradição, o movimento cessa e, efetivamente, *a História acaba*. Mas não por exaustão ou perda de sentido. Ao contrário: por completar-se inteiramente, locupletar-se de si.

Nietzsche é o contrário. Conta também uma história, não pensa sem ela. Mas é a história do *nihilismo*. Da decadência a partir da alta instauração trágica dos gregos (do mesmo século VI que conheceu a experiência do Ser), iniciada por Sócrates, arquiinimigo, na direção da aniquilação da Vontade que move o mundo. Vontade de *potência*. Maximamente desfibrada, despotencializada (essa é a cara do século XIX recebendo seu passado), a Vontade se encontra com o Nada: nada de vontade, vontade de nada. E o homem é finalmente o último, o que deseja morrer. Nesse fundo de poço em que habita a morte, conduzida pelos valores socráticos de belo, bom, justo e verdadeiro — que têm a espantosa pretensão de estarem acima da vida, julgando-a e condenando-a —, a História se abisma para a sua anulação. Acaba. Fim do erro mais longo, diz Nietzsche, uma algazarra de todos os demônios. *Incipit Zarathustra*. Assim mesmo, em latim. Nesse *fim do erro*, Zarathustra, o doutor do Eterno Retorno, *começa*. Porque é possível, e urgente, transvalorar os valores socráticos. Possível: porque o tempo, na verdade, *não* acaba: revém eternamente, começa sempre de novo. A origem trágica revirá. O círculo do Eterno Retorno se moverá além da perda da potência da vontade e da morte do homem: o *super* (além) homem está por vir. Mas para tanto é necessário que nos livremos da sombra poderosa de Deus, essa *ideia moral* que produz

a decadência, gera o desamor à História e lança anátemas sobre o corpo e o instinto de vida. Nietzsche é a contramão de Hegel.

No século XX recebemos muito mal nossa dupla herança hegeliano-nietzscheana. Não que não tenha havido hegelianos: houve até uma escola inteira, a de Frankfurt. Nem faltaram nietzscheanos: Deleuze, Foucault, Klossovski (só uns poucos, grandes; há muitos mais) dão testemunho. Mas parece que os filósofos do XX andaram mais interessados em reencontrar coisas fundamentais que talvez o vendaval histórico do XIX tivesse posto no esquecimento: as coisas elas mesmas, o sujeito da sua própria história, os invariantes que permitem reconhecer identidades entre variantes e variedades. A fenomenologia, o existencialismo, o estruturalismo percorreram o século em busca de perdidos no tempo. Que tentação a de pensar que estiveram à cata de Aristóteles, Descartes e... o Ser! Seria demais. Mas coça a língua e o teclado. De todo modo, os do século XX andaram tanto na trilha da História oitocentista quanto grandemente desconfiados dela. Mesmo quando procuraram a Origem, como Heidegger, cuidaram de separar cuidadosamente a dimensão *historial* do Ser do plano *histórico* dos acontecimentos. Mas não deixaram, de modo nenhum, de pôr seu pensamento no horizonte do tempo. Procuraram nele seu valor, seus valores, aqueles mesmos que se podiam ter perdido — resguardados no passado. Não, de modo nenhum, aboliram a História.

Mas, parece, acabou. Olhando assim, no susto, assusta. Faz sentido. A caudal do Ser foi ficando fraquinha, uma terra mais seca a bebeu, nem subterrânea está mais. Secou. A invenção da História no século XIX teve ainda a pretensão do Ser: História Universal, historicismo alastrado a tudo. Será desnorteante se a afirmação pós-moderna do fim da História em decorrência do ocaso do Ser e suas consequências estiver certa. Sobretudo, talvez, por ser irrefletida, não meditada, um simulacro de pensamento, imantado pela eficácia, não pelo espanto. Mas, e se for assim? Vamos então olhar de novo o trajeto desse anunciado fracasso: o Ser ele mesmo; o ser dos entes; Deus; o sujeito; a História. Foi assim. Não terá sido uma decadência, mas de algum modo terá tido a natureza de um decaimento, como o dos átomos. Não há *decadência* atômica; mas um átomo decai para o fim da sua força. De novo: o Ser, o ser dos entes, Deus, o sujeito... Deus? Deus? O que faz aqui, o que fez na História esse Ente, apenas ente, não encontrável, no seu modo de causa, princípio, realidade e gênero absoluto, na nossa origem grega? O que faz *esse* Deus na Grécia? Pois nada. Esse Deus, que é o Ser, não é grego. Veio de Canaã. Falou a Abraão, não a Heráclito. A escada para subir até sua

morada não está nas Ideias de Platão, mas no sonho de Jacó. Foi Jacó, não Aristóteles, que lutou com o Seu Anjo, e não perdeu, e mereceu o nome ISRAEL, o que lutou com Deus. Esse, o Criador de todas as coisas, não é um princípio, é Deus mesmo. Não é grego. É judeu.

Olhando agora com a atenção que ela (se ainda há) nos merece, encontraremos na nossa história um outro DNA, além do grego a que nos acostumamos a recorrer quando nos perguntam nossa identidade: um DNA judeu. O de Deus, da Lei, da justiça. O que se explicita contando sua própria história, desde o instante zero da Criação, quando o Espírito de Deus pairava sobre as águas, até o instante dessa respiração que dou enquanto escrevo a palavra “escrever”, em que a história continua até sua consumação na Eternidade. A história das Alianças, do Povo errante, do Cativo na Babilônia, do Exílio no Egito, dos Juízes, dos Profetas e dos Reis. Da construção de uma Nação e de um Estado. Quando a nossa cultura, a de que se diz que hoje encontrou seu termo, se formou há 2000 anos, gregos e judeus precisaram estar lá. Ou não teria acontecido. Nossa história é bífida. Tem o Ser e Deus. Precisa dos dois. Tem e necessita de duas fontes para ser o que é, o que foi, tem sido, vinha sendo. Até acabar. Ou não.

Dupla fonte, dois acessos, tensão insuportável, contradição irreconciliável. No entanto, se fez. Uma cultura que não se sustenta fora da tensão entre o acesso imediato ao real pela fé (pois tudo é criatura) e a chegada mediada pela razão (pois tudo é ente, vai sendo, e é preciso perguntar pelo Ser, que mais se oculta do que se dá). Razão e fé; seu fundamento, o Ser e Deus; suas linguagens, a filosofia e a religião. Para termos sido quem somos, quem fomos pelo menos, precisamos dos dois, das duas. E as tivemos. Encontramos um território de conciliação na teologia, necessidade cristã. Os judeus não precisaram dela, eles tinham o *seu* Deus, Iavé, El-Eloim. Os gregos usaram a palavra, inventaram-na, mas ela não apontava na direção do Criador. A teologia foi talvez a primeira forma do nosso espanto. Razão e fé.

Entendo que a tensão imanente nessa duplicidade originária constitui o motor da nossa cultura. Da cultura ocidental, como a encontro, que não tem os 2600 anos desde a aurora grega do Ser ou os 3900 desde que Deus falou a Abraão. Começou no primeiro século DC e vigora até hoje. E encontra sua energia criadora na composição, oposição, exclusão, harmonia e dilaceramento implicados nessa questão fundamental. É a nossa. A do nosso sentido. A que faz sentido para nós. Entendo que não seja óbvia essa ideia. Que a olhem com ceticismo (alguns) ou com desdém (a maioria) dos historiadores da cultura e dos filósofos. “Não compreendem como concorda o que de si difere...”, que “o

contrário em tensão é convergente; da divergência dos contrários, a mais bela harmonia”. (Chamei Heráclito e meu mestre, seu tradutor, Emmanuel Carneiro Leão, que participou do Encontro ao meu lado, para me apoiarem. São os fragmentos 51 e 8. Poderia ter trazido Hegel ou Marx e a positividade da contradição. Preferi a palavra mais radical dos começos gregos).

A dinâmica dessa origem convulsionada se estende, portanto, pelo tempo da nossa história, pelos vinte séculos que nos têm visto viver, nós, ocidentais, em cujas mãos vez por outra morre o sol. Dizem-nos, já se viu, que agora morreu para sempre. Acabou. Tenho sérias dúvidas, porque nos vejo vivermos dentro de formas transformadas, deformadas até o irreconhecível, mas firmes, dessa tensão fundadora. Até hoje. Contar a história das transformações e deslocamentos, às vezes brutais, da questão de razão e fé é o a-fazer da história dos paradigmas filosóficos que proponho. Os paradigmas a encontrar são as arquiteturas, no tempo, *dessa* questão. Contá-la, compreendê-los, é a condição (proponho) para nos encontrarmos hoje com o que é nosso, não o recusarmos porque desarma dispositivos antigos, que ainda amamos, nem o adularmos porque nos oferece eficácias e realizações até há pouco inimagináveis. Queremos e podemos vivê-la, nossa atualidade, com júbilo e susto. Como convém que seja a vida, quando vale mais do que um passar o tempo, ou nem se dá conta disso. E vivê-la é condição, por sua vez, para encontrarmos nela o que ela nos pede: um *empenho* de viver: o nosso *ethos*, a atitude ética, e política, diante de um mundo cuja globalização, a despeito desse nome que lhe damos, deixa fora da vida meia humanidade.

Para isso tenho um princípio de método. Pelo menos um, mas este é essencial: disponho a todo momento da totalidade da História. Nem é só uma questão de método: é que a História, tenha ou não acabado, e seja o que for na sua mais íntima definição, *realmente aconteceu*. Quando olho para a tensão entre as Faculdades de Teologia e de Artes no século XIII, e olho porque me interessa tão agudamente a questão das relações entre razão e fé, de que ali trataram, não posso deixar de levar profundamente em consideração que naquele momento eles não tinham noção do futuro que levavam, do que haveria de acontecer com aquela discussão, com aquele estatuto de autolimitação, com aquelas condenações de 1270, 1277. *Mas eu sei*. O futuro deles é o meu passado. Eu o visito e o reconheço, habito nele mais do que eles o habitaram. Pelo olho da História, eles pertencem a mim mais do que pertenceram a si próprios. São meus objetos, meus pretextos e meus personagens. Quando procuro entendê-los, é em

proveito próprio que o faço, e, com o cuidado de quem toca em coisas sagradas, ainda assim estou autorizado a delicados anacronismos. Se algo que emergiu naquele momento me der motivo para escavar lá atrás, nos pré-socráticos, coisas que eles, os tardoantigos e medievais, certamente não disseram mas lateja, *para mim*, nos seus ditos, devo poder fazê-lo. Com quanta, meu Deus!, quanta cautela! Pés de algodão. Silêncio de segredos. Mas devo fazê-lo. Porque está lá, está à minha disposição. Eles me impediriam. Mas, desculpem, trata-se da minha vida. Como me impedirei, eu? Segundo quê respeito estéril a quê pretensão de objetividade? Não ser subjetivista, muitíssimo de acordo. Mas ir procurar os fatos adormecidos nas caixas de arquivo do passado? *Que passado*, se não for o meu, que supremamente me interessa?

Porque bem evidentemente estou propondo uma história dos grandes paradigmas da nossa cultura. Uma história dos nossos macro-hábitos mentais, sensíveis, linguajeiros. Uma que esteja para a cosmologia e a astrofísica como a das mentalidades estaria para a física quântica. Procuo apenas aproximações. Quero dizer que os *fatos* dessa história são os grandes sistemas de pensamento da nossa cultura, os conjuntos de regras e valores que decidem do que pode e do que não pode ser, dizer, fazer, pensar, sentir, *em épocas*. Uma história dos paradigmas: existe tal coisa, é para existir, pode ser? É o que me pergunto, é o que pergunto aos que vieram trazer seus próprios e, espero, alegres espantos.

E digo: história paradigmática, ou dos paradigmas, da *nossa* cultura. Ainda há pouco surpreendemos um contrabando de Deus na clareira grega do Ser. E falei em duas fontes, um só real (que é sempre o que define uma cultura: o que é real *para mim*?), dois acessos, a paradoxalidade do nosso começo. Falo *dessa* História. Não começou na manhã de Thales nem no dia claro de Abraão. Essas são longínquas origens. Começou há 20 séculos, entre a Europaromana, o Oriente grego (bizantino) e o mais oriente judeu. É essa a História. Primeira hipótese. E ela se move toda (para não nos perdermos: é dos grandes paradigmas que se trata) pelo curso, os solavancos, as retrações e espasmos do conflito complementar-concorrencial-antagônico de razão e fé, filosofia e religião. Segunda hipótese. Uma História cujo ambiente e movência são, não a filosofia e a religião como *objetos*, mas seu movimento, já ele histórico (porque *no tempo* que nos constitui) da sua reciprocidade tensa demáquinas de produção de um paradigma. Proposta de um campo.

História Filosofia Religião é o nome provisório desse campo. Não gosto desses horríveis neologismos epistemológicos que põem seus atores logo como fundadores de

ciências e donos de doutrinas. Gosto das palavras velhas, que têm história, serviram para muita coisa, são sobrecarregadas e frágeis. Comovedoras. Juntei essas, sem vírgulas nem conectivos, como quem finca estacas para construção futura: ainda não comprou o terreno; mas gosta da vista. Seria bom se pudesse me instalar ali. Porque é bem uma História que estou fazendo. Uma história dos paradigmas. Será tão inadmissível, no limite do inviável? E é filosofia. Os problemas que dão carne à coluna vertebral desses paradigmas são os da filosofia, são a filosofia. Mas não se trata de uma história da filosofia. É uma história dos paradigmas constitutivos da nossa cultura cuja carne (*dos paradigmas*, não estou adiantando nada sobre a nossa cultura) é a filosofia. Meia carne. Carne trêmula. Os pós-modernos dizem: cadáver! E levam o lenço ao nariz. Ou nem isso mais. Nossos paradigmas têm mais carne do que a que a filosofia fornece com o tenro Ser. Têm as carnes ternas de Deus, que a religião carrega e encanta. Também não se trata de uma filosofia da religião, nem de uma história da religião (que nesse caso ainda teria a limitação, com cheiro de excludência, de ter como único referente o cristianismo, no máximo explorando, testando, a profundidade das suas raízes judaicas). Trata-se então de quê? De um campo. Tenho andado por ele. Nos últimos 10 anos olhei a origem da questão do Ser no remoto século VI. Vi Abraão sair da sua terra. Comparei, como podia, com os recursos de bordo, como se diz, os motivos pelos quais os gregos precisaram eliminar seu passado mítico, mito-logizá-lo, e os judeus *não têm* passado mítico, tudo é verdade desde o BERESHIT. Qual o motivo de a necessária eternidade do Ser ter implicado a impossibilidade de dar importância radical à história entre os gregos (embora a palavra, *istoria*, como quase todas as fundamentais, seja grega), enquanto a eternidade, digamos, real, de Deus, pedia, justamente, a História, desde que o mundo foi criado no tempo, e o resto é narrativa e Lei. E como essas duas culturas, tão antípodas por tantos, esses e outros, motivos lá um dia se encontraram. Não era necessário. Aconteceu. Nós somos os filhos desse Acontecimento (assim, com maiúscula). E eles nossos avós. Talvez a cultura grega como nós a imaginamos tenha se consumado e consumido naquela, nossa, que ela gerou. A judaica, não. Seguiu seu curso à nossa revelia, e nós à revelia dela. Houve cruzamentos, uma escolástica judaica, Maimônides, Isaac de Stella. Mas em geral quando nos encontramos foi para maus tratos extremos e exclusões radicais. Mas uma e outra sobreviveram. Desconfio que quando o século XIX, para andar no deserto do Ser sem queimar os pés, “inventou” a História como novo paradigma, usou o modelo de temporalidade judaico: entre alfa e ômega, começo e fim absolutos, da eternidade para a eternidade. A promessa do fim da

História é judaica, e o século XIX a usou para indicar que tudo corre na direção do mais perfeito, e o tempo acabará em júbilo. O “fim da história” dos pós-modernos é triste. Até já aconteceu. Ninguém viu. Não será que temos hoje de novo algo de radical a aprender com os judeus? Um gosto do tempo que transcende o correr do mundo? Nietzsche um dia perguntou: “o que devo aos Antigos?”, e olhou para os gregos e latinos. Será que não precisamos perguntar de novo: “o que devemos aos Antigos” — e olhar para Abraão a caminho da terra da liberdade, onde correm leite e mel? Porque, dizem-nos, nossa história acabou. Mas quem diz assim enxerga apenas, parece, um pálido simulacro de Grécia. E aí, pode até ser. Mas não olha para Deus e as peripécias da sua História. Porque Deus morreu. E se não morreu? Se a História começa quando acaba, porque o tempo é eterno e seu final, tudo nos diz, do universo à Terra arrazoada pela técnica, não é (ainda?) um fato da nossa vida? E se, olhando para nossa outra fonte, até a Grécia pode revir, e o espanto entre Heráclito e Parmênides, que vemos muito ao longe no passado, de repente por isso se puser à nossa frente, como um ainda a-fazer?

Terminar com perguntas, tantas, é uma astúcia alegre. Modo de pedir que companheiros, amigos, peguem daí, perguntem e respondam suas próprias questões. No fim, é certo, basta olhar em volta, no fim está a festa. Somos capazes de merecê-la.